

**FACULDADES INTEGRADAS DE JACAREPAGUÁ - FIJ**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM HISTÓRIA DO BRASIL**

**MARIA BERENICE ROSA VIEIRA**

**O RESGATE DA MEMÓRIA NAS INSTITUIÇÕES  
PÚBLICAS – UMA EXPERIÊNCIA DA JUSTIÇA  
ELEITORAL EM MINAS GERAIS**

**Belo Horizonte**

**2008**

342.8(09)

VIE

RES

2008

TRE-MG



**MARIA BERENICE ROSA VIEIRA**

**O RESGATE DA MEMÓRIA NAS INSTITUIÇÕES  
PÚBLICAS – UMA EXPERIÊNCIA DA JUSTIÇA  
ELEITORAL EM MINAS GERAIS**

Monografia apresentada em cumprimento parcial às exigências do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em História do Brasil da FIJ – Faculdades Integradas Jacarepaguá.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Cláudia Maria de Farias

**Belo Horizonte  
2008**

*“Cada pessoa tem uma memória. Cada país tem uma memória. Somos feitos dela. Sem ela, somos amnésicos. A amnésia é uma doença grave. Se o presente é muito difícil de compreender e interpretar, pior será quando nos faltarem os termos de comparação, fundados na nossa experiência e na história. Aqueles homens e mulheres somos nós. Ainda somos aqueles homens e mulheres. O passado ainda está acontecendo”.*

*Mário Jorge de Carvalho – romancista, dramaturgo e guionista português*

*“Uma história de vida é, sem dúvida, uma forma poderosa de entender uma pessoa. Mais do que isso, conhecer – por meio da escuta ou da leitura – um grupo de histórias de vida é uma maneira incrível de expandir nossa visão do mundo, pois elas são peças de informação únicas, que nos mostram como as diferentes pessoas criam suas próprias realidades.*

*Toda história de vida tem valor e deve fazer parte da memória social. Ouvir o outro é essencial para respeitá-lo e compreendê-lo como par.*

*No protagonismo histórico, todas as pessoas têm um papel como agente de transformação da História. Democratizar e ampliar a participação dos indivíduos na construção da memória social é atuar na percepção que os indivíduos e os grupos têm de si mesmos e de sua situação conseguir em nome de outrem.*

*Integrar indivíduos e distintos grupos sociais por meio da produção e conhecimento de suas experiências é atuar para romper o isolamento de alguns grupos sociais e impulsionar processos de empoderamento fundamentais para mudar relações sociais, políticas e econômicas”.*

*Museu da Pessoa*  
<http://www.museudapessoa.net>

## **AGRADECIMENTO**

**A Deus, meu Criador, pelo dom da Vida.**

**A meus pais, pela Graça do viver.**

**A Vander, pela vida em alegria.**

## **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo mostrar a importância do resgate histórico das instituições públicas como ferramenta de comunicação organizacional, utilizando a experiência vivida no cotidiano da Coordenadoria de Comunicação Social do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

A metodologia desta pesquisa é exploratória e bibliográfica, e busca aliar a experiência de profissionais da área de Comunicação Organizacional a um trabalho que vem sendo feito há cerca de treze anos no âmbito da Justiça Eleitoral Mineira, realizado por profissionais das áreas de Comunicação Social (Jornalismo, Publicidade, Relações Públicas), História e Biblioteconomia, e que culmina com a efetivação do Centro de Memória da Justiça Eleitoral Mineira no TRE-MG.

Para fundamentar e tornar claro o presente estudo, foram realizados levantamentos em livros e publicações em redes eletrônicas.

O trabalho que ora se apresenta conclui que o resgate da história de uma instituição, mais do que um simples trabalho de preservação da memória, é um valioso canal de ações de comunicação organizacional voltado para a valorização do patrimônio humano das instituições públicas e para o público usuário dos serviços prestados por essas instituições, matéria-prima básica da Comunicação Institucional.

## **SUMÁRIO**

|                                                                                                   |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>                                                                          | <b>09</b> |
| <b>2 JUSTIFICATIVA.....</b>                                                                       | <b>16</b> |
| <b>3 METODOLOGIA.....</b>                                                                         | <b>17</b> |
| <b>4 OBJETIVOS.....</b>                                                                           | <b>18</b> |
| <b>5 CAPÍTULO 1 – A JUSTIÇA ELEITORAL E A IMPORTÂNCIA DO RESGATE<br/>HISTÓRICO.....</b>           | <b>19</b> |
| <b>6 CAPÍTULO 2 – PASSADO E FUTURO – DIÁLOGO PRESENTE.....</b>                                    | <b>23</b> |
| <b>7 CAPÍTULO 3 – O RESGATE DA HISTÓRIA COMO FERRAMENTA DE<br/>COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.....</b> | <b>29</b> |
| <b>8 CAPÍTULO 4 – O RESGATE HISTÓRICO E SEUS FRUTOS.....</b>                                      | <b>34</b> |
| <b>9 CAPÍTULO 5 – A HISTÓRIA COMO RESGATE DE VALORES E<br/>PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....</b>      | <b>37</b> |

## **10 CAPÍTULO 6 – A MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE**

**INSTITUCIONAL.....43**

**11 CONCLUSÃO.....47**

**12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....48**

**13 ANEXOS.....50**



## 1.INTRODUÇÃO

Toda história pode ser considerada como sendo narrativas individuais, sociais ou organizacionais, que se estruturam a partir de memórias individuais, sociais ou organizacionais. Deste modo ela se torna uma narrativa possível.. Importa compreender que essa construção se alicerça em algo que foi ou é relevante para cada pessoa, para cada grupo ou para cada organização. A esses dados coletados chamamos Memória.

Partindo dessa ótica, a cultura, tornam-se os grandes pilares da Memória os comportamentos, símbolos, identidade e a comunicação – conjunto de elementos que formam a personalidade e a imagem de uma empresa ou instituição. E, como é seletiva, a Memória passa a ser composta das experiências (positivas e negativas) que os inúmeros públicos têm com a organização, seus gestores, empregados, produtos e serviços.

Este aspecto seletivo se liga ao presente da organização e passa a permear as questões objetivas com que essa organização enfrentará junto a seus públicos e à sociedade. Perguntas sobre: como essa organização lidou com as adversidades em sua trajetória; como tratou seus funcionários nos tempos de recessão; como se relacionou com a comunidade; qual a sua contribuição no quadro do desenvolvimento do país vão expressar as realidades relacionais ou, ainda, a memória relacional das organizações. Deste modo, vale afirmar que, ao final,, a história empresarial é também a história de suas relações públicas. Resumindo, as organizações e os seus públicos estarão falando sempre do presente, ao pensarem as suas histórias.

Ao se referir às bases da construção e constituição da memória nas organizações em seu livro “Relações Públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional, o jornalista e professor Paulo Nassar, atual presidente da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial – Aberje, indica a cultura, os comportamentos, os símbolos, a identidade e a comunicação como elementos fundamentais para montar a identidade de uma empresa ou instituição.

Rever tais elementos com os olhos do presente, mas com a visão projetada para o futuro, é importante para nortear decisões e situar, num contexto de viva dinâmica, os indivíduos que participam (como agentes ou executores) dessas decisões. Rever tais elementos transmite sensações de segurança, solidez, aos indivíduos que atuam nas instituições, insere-os objetiva e subjetivamente no processo de contínua construção histórica do organismo e dá a eles as respostas de que necessitam para traçar novos rumos para a organização. Rever tais elementos é, numa análise mais abrangente, dar um significado humano a toda a trajetória realizada até então, na organização, abrindo mentes e corações para uma dimensão que extrapola o simples ato de realizar atividades – a dimensão da presença, naquele contexto, de homens e mulheres que, com suas histórias particulares, permeiam de Vida a história da instituição.

Tocar, com sensibilidade, a história das organizações, é uma atitude que começou a ganhar espaço entre os profissionais da Comunicação Social, mais notadamente a partir do final da última década do Século XX, coincidindo com a busca por uma aproximação, digamos, mais sincera entre os integrantes da organização; com uma releitura do patrimônio humano da instituição, como nos mostra Paulo Nassar:

O sentimento de pertencimento sobre o qual nos fala Nassar em seu livro “Relações públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações” é aquele que faz com que o empregado ou o servidor, no caso das instituições públicas, se identifique com o que ele realiza na organização da qual faz parte e que ali encontre seu espaço de atuação, a partir da consciência de que seu papel, ali, é fundamental. Uma vez reinserido na história da instituição como agente daquela história, ele passa a valorizar mais seu trabalho na organização, e, numa visão conjuntural, passa a valorizar mais o trabalho de cada um que ali atua.

Em junho de 1995, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais completava 50 anos de sua reinstalação no Estado e aquele foi um momento marcante para mergulhar em sua própria história e na história da Justiça Eleitoral no Brasil. Criada em 1932, com a promulgação da primeira Constituição após a Revolução de 1930, a Justiça Eleitoral foi suspensa, em 1937, como uma das determinações do Estado Novo, sendo novamente instalada no País, em 1945.

Numa iniciativa própria, a Assessoria de Imprensa, em seu terceiro ano de funcionamento, ousou organizar, pela primeira vez na história da instituição, uma exposição de fotos sobre o Tribunal. Com poucos recursos mas muito interesse, seus profissionais organizaram o material disponível na época: fotografias de junho de 1972, relativas à inauguração de sua então atual sede, na Avenida Prudente de Moraes, 320, Bairro Cidade Jardim, em Belo Horizonte. A mostra foi enriquecida com capas dos jornais da época da reinstalação da Justiça Eleitoral em Minas Gerais, pesquisadas junto aos arquivos públicos estadual e municipal, assim como junto aos arquivos do jornal Estado de Minas.

Nessa época, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais não dispunha de um acervo histórico assim formado. Algumas peças antigas podiam ser encontradas em salas e gabinetes, mas a maior parte. Documentos antigos, há muito esquecidos no Arquivo-Morto, não tinham tratamento especial para sua conservação. Muitas fotos antigas haviam-se perdido, tendo sido levadas embora por servidores aposentados. Além disso, documentos históricos importantes, como as fichas cadastrais de todos os eleitores do Estado (manuscritas ou escritas à máquina) haviam sido incineradas, no início da década de 1990, quando da implantação da informatização do Cadastro Nacional de Eleitores.

Apesar das limitações, a intenção da Assessoria de Imprensa foi chamar a atenção dos funcionários da instituição para sua própria história, uma vez que alguns dos que ali ainda estavam trabalhando haviam também participado daquele momento; haviam também vivido as situações que antecederam e que se sucederam à construção e inauguração daquele edifício onde então se encontravam instalados. Também havia a intenção de evocar os primórdios da Justiça Eleitoral no Estado, destacando nomes e fatos, a situação da infra-estrutura da época (com recursos financeiros, humanos e materiais bastante escassos), procedimentos político-administrativos e, em especial, a criatividade e a força de vontade dos servidores para levar à frente a organização das primeiras eleições realizadas em Minas Gerais após o fim da Era Vargas.

O resultado daquela iniciativa superou as expectativas, abrindo os olhos da equipe da Assessoria de Imprensa do TRE-MG para a necessidade dos canais de comunicação interna. Afinal, não era apenas o interesse do público externo que deveria ser satisfeito, através da divulgação das decisões da Corte Eleitoral no Estado por meio de *press releases* à imprensa, mas também o público interno precisava se conhecer mais; sentia a necessidade de mostrar

seu trabalho e de se posicionar dentro daquela organização; precisava cada vez menos de comunicados menos formais, ao mesmo tempo em que carecia de canais de informação com uma linguagem mais leve, informal.

A princípio sob a forma de um jornal mural, esse canal de comunicação passou a ser o ponto de intercessão de todos os setores do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Nele, os servidores podiam ler, não apenas sobre os fatos de interesse de seu dia-a-dia, mas também sobre si mesmos e sobre seus colegas de outras seções, coordenadorias e secretarias. O espaço para a memória da instituição ficou, ali, também, garantido, e vários aspectos da história da instituição e de seus funcionários foram ali expostos ao conhecimento. Com o passar do tempo, os servidores passaram a deixar registradas ali suas próprias histórias, que iam-se confundindo com as da organização. Tornaram-se, também, mais exigentes quanto à qualidade e à rapidez das informações. Com isso, outros canais de comunicação interna foram criados, ampliando-se, deste modo, o espaço do trabalho jornalístico, mas também, e especialmente, o da comunicação organizacional.

Também com o passar do tempo, iniciativas no sentido de se coletar objetos, fotografias e documentos históricos foram feitas, embora de modo descontinuado e sem o devido investimento em pesquisa. O trabalho fora feito por comissões, que se formavam e se desfaziam, sem alcançar seus objetivos finais. A partir dessas iniciativas, no entanto, houve avanços em direção à formação de um acervo próprio da Justiça Eleitoral mineira.

O material coletado, a saber fotografias, objetos e documentos, foi utilizado, em junho de 2005, em uma exposição – essa já de maior porte e melhor organizada – como parte dos eventos comemorativos dos 60 anos da reinstalação da Justiça Eleitoral em Minas Gerais. A

organização do acervo histórico foi novamente coordenada pela Assessoria de Comunicação Social (antiga Assessoria de Imprensa). A experiência mostrou, mais uma vez, que valia a pena investir recursos na criação e manutenção de um centro de memória institucional no Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Naquele momento, a Justiça Eleitoral mineira vivia, também, novas experiências institucionais voltadas para o público externo, com campanhas informativas e com serviços voltados à comunidade, dentre eles o projeto Justiça Eleitoral na Escola, cujo objetivo se relacionava com a formação e valorização de uma visão crítica dos estudantes de primeiro e segundo graus sobre as eleições e sobre a construção da cidadania plena, a partir de uma participação eficaz e consciente na escolha dos representantes municipais, estaduais e federais. Ou seja, por meio de sua equipe de Comunicação Social, o TRE mineiro não apenas informava, mas também ajudava a formar o público externo.

A partir de abril de 2007, a Memória Institucional passou à responsabilidade da agora Coordenadoria de Comunicação Social e, nesta fase, vem recebendo incentivos necessários ao desenvolvimento de vários projetos, que incluem, além da criação de um espaço definitivo para a exposição do acervo, a publicação de *folders*, revistas e livros; a gravação de vídeos educativos e projetos de pesquisa para exposições temáticas, além de eventos voltados para a valorização dos servidores atuais e aposentados. Também estão previstos concursos de redação e de fotografia ligados à memória, bem como a incrementação dos trabalhos voltados à recuperação de dados eleitorais antigos e sua inserção no banco de dados digital.

No site do TRE-MG na internet ([www.tre-mg.gov.br](http://www.tre-mg.gov.br)), os projetos incluem, dentre outras atividades, a efetivação de um museu virtual e de uma linha do tempo que mostre fatos e fotos

ligados à Justiça Eleitoral de Minas Gerais ao longo de sua história. No âmbito das campanhas institucionais internas, os servidores serão convidados a participar da formação do acervo através da conscientização sobre a importância de documentos, fotos e objetos a serem direcionados à Memória Institucional. No âmbito da comunidade, o Centro de Memória da Justiça Eleitoral Mineira apresentará, por meio de seu acervo histórico, subsídios a estudantes e pesquisadores que se interessam pelo tema.

Nessa mesma linha de ação vêm atuando Tribunais Regionais Eleitorais de outros estados, incentivados pelo trabalho de qualidade que, já há alguns anos, foi desenvolvido (e que vem sendo constantemente aprimorado) no Tribunal Superior Eleitoral, através de sua Secretaria de Documentação e Informação. A contribuição dos acervos da Justiça Eleitoral para a informação e formação das comunidades locais e regionais tem significativa importância para estudantes e acadêmicos, mas também para as comunidades como um todo, incluindo, aí os próprios servidores da instituição, que passam a ter, a partir do conhecimento do passado da organização, referenciais para sua conduta e sua identificação com o organismo em que se encontram inseridos.

## 2.JUSTIFICATIVA

A Memória Institucional é um forte instrumento de comunicação organizacional. Ao ligar idéias e ações do passado e do presente, ela liga o pensar e o agir de pessoas, fundamento e fim de todas as organizações, sejam elas privadas ou públicas.

Memória é o que identifica, dá nome; certifica a existência, o valor. Memória é vida que se propaga. É movimento, processo, caminhada. É a lembrança de que se vive, pois viver é agir, mas, sobretudo, sonhar. Produzir, no sentido humano, é, acima de tudo, ter atitude humana; é construir algo em comum e para a comunidade.

Numa instituição pública, produzir também é gerar maior participação e integração do servidor, não apenas com a instituição pública, mas também com a comunidade em que ela se encontra inserida. Desse trabalho institucional, traduzido nos serviços prestados ao público, faz parte o trabalho individual e, por trás dele, o indivíduo, aquele que detém a memória, aquele que conta sua própria história.

A memória institucional pode ser entendida como o conjunto das várias memórias, das várias histórias de vida. Se viver é comunicar, a memória torna-se também vida em comunicação. Algo vivo, que não pára, mas continua em processo de formação, de construção. Memória e Comunicação tornam-se, assim, parceiras em um mesmo propósito – o de inserir os indivíduos e suas histórias na história comum a todos, na história contada por todos. A partir desse princípio, o pertencimento, as instituições tornam-se organismos verdadeiramente vivos, dotados de corpo e de alma; aptos a exercer sua vocação vital – o serviço ao cidadão.



### **3.METODOLOGIA**

A monografia será construída a partir de:

Visitas presenciais a centros de memória de órgãos da Justiça Eleitoral (Tribunal Superior Eleitoral e alguns tribunais regionais eleitorais);

entrevistas (sem questionários) de servidores responsáveis pelo trabalho de organização dos acervos de centros de memória – dos que já estão prontos e funcionando e dos que ainda estão em formação (caso do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais);

livros;

fotografias;

artigos ilustrativos, publicações jornalísticas quanto às experiências no trabalho de resgate da memória histórica dos órgãos da Justiça Eleitoral;

pesquisas sobre o tema a partir de artigos publicados na internet.

A base teórica da monografia concentra-se na leitura dos livros do professor, jornalista e escritor Paulo Nassar, presidente executivo da Aberje – Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, maior referência brasileira, da atualidade, sobre o assunto.

## 4. OBJETIVOS

O presente trabalho tem por objetivo trazer a público todo esse esforço que área de Comunicação Institucional da Justiça Eleitoral vem realizando no sentido de buscar uma identidade própria enquanto instituição, ao mesmo tempo em que procura fazer com que a instituição se abra de uma forma totalmente diferente a seu público, oferecendo a ele um pouco mais do que a ele pertence – todo o acervo de documentos, projetos, livros, objetos, fotografias e equipamentos – adquiridos às custas de sua contribuição e para a formação de uma estrutura que lhes pudesse estar devidamente a serviço, buscando prestar esse serviço com boa qualidade.

Este trabalho também chama a atenção para a valorização de um trabalho que, partindo de profissionais de várias áreas (não apenas da Comunicação Social/Comunicação Organizacional, mas também profissionais da Biblioteconomia e História), vem sendo realizado com muita coragem e persistência no âmbito dos tribunais regionais eleitorais, a partir do exemplo do órgão máximo da Justiça Eleitoral no Brasil, o Tribunal Superior Eleitoral, e que se traduz na montagem de núcleos de memória institucional, sejam físicos ou apenas virtuais (visualizados por meio dos sites institucionais). O objetivo deste trabalho é assinalar que os valores que se agregam ao resgate e à valorização da memória institucional – valores humanos por excelência; histórias humanas com suas complexidades, construídas em meio a sonhos e frustrações; histórias que, por si só, valem a pena ser contadas.

## **5. A JUSTIÇA ELEITORAL E A IMPORTÂNCIA DO RESGATE HISTÓRICO**

A história da democracia brasileira passa, obrigatoriamente, pela história do processo eleitoral no País. Em razão disso, historiadores, professores, estudantes dos vários níveis de ensino, advogados, operadores de opinião pública, representantes da classe política e demais cidadãos interessados em mergulhar em dados concretos sobre o processo eleitoral – seus modelos, legislações e jurisprudências, bem como resultados de eleições, fatos e novidades de cada época sobre o tema – têm recorrido com frequência cada vez maior aos órgãos da Justiça Eleitoral (Tribunal Superior Eleitoral, tribunais regionais eleitorais e cartórios eleitorais) em busca de informações oficiais, que possam nortear seus trabalhos escolares, pesquisas e estudos acadêmicos, da mesma forma que orientar processos judiciais, embasar projetos ligados a pesquisas de opinião pública ou, simplesmente, esclarecer alguma dúvida.

Em suas primeiras décadas, sem a devida preocupação com o resgate histórico dos principais dados que vão contar a história da disputa eleitoral (nome do candidato, partido político, número de votos recebidos, número total de votantes da seção eleitoral, zona eleitoral, município e estado; número de votos brancos e nulos; número de abstenções e seus relativos percentuais), a Justiça Eleitoral deixou vazia uma grande lacuna de informações acerca das eleições realizadas no País, a partir de sua criação, em 1932, com destaque para as eleições realizadas a partir de 1945, quando então, após ter sido suspensa pela Ditadura de Getúlio Vargas, a modalidade democrática das eleições passou a ser mais e melhor utilizada, não obstante as muitas limitações em termos éticos, morais e legais.

Muitos documentos relativos a eleições antigas ficaram, por vários anos, abandonados em galpões, em locais de pouca ventilação e, por isso, vários registros relativos a eleições perderam-se com a ação do tempo e da umidade. Do mesmo modo, documentos, fotografias e objetos que contam a história da Justiça Eleitoral foram abandonados, extraviados ou simplesmente descartados e queimados sem que sua importância histórica fosse notada.

A preocupação com o resgate da memória das instituições públicas dificilmente gerava algum tipo de mobilização por parte de seus usuários, fossem eles internos ou externos. Tal iniciativa invariavelmente partia de atitudes pessoais, de servidores com alguma consciência em relação à conservação da história do órgão. A preocupação com o burocrático, com as atividades diárias, aliado a um sentimento de “não-pertencimento” ao ambiente institucional, mesclado, talvez, pelo próprio impessoalismo determinante no modelo de serviço público brasileiro, foi, certamente, uma das razões que deixou perder grande parte do acervo de várias instituições públicas, em especial, as do Poder Judiciário, e, ainda mais especificamente, da Justiça Eleitoral.

Nos anos 80 e 90, seguindo tendências ligadas a modelos de qualidade total nascidos no Japão e disseminados por todo o planeta, tais como o *just in time* e o “5S”, que preconizavam estocagem mínima de materiais de consumo, “limpeza” do ambiente de trabalho a partir do descarte de equipamentos velhos e de tudo o que viesse a ser considerado obsoleto e sem possibilidade de utilização, várias instituições públicas, ainda sem a devida atenção à Memória Institucional, puseram a perder ricos acervos de equipamentos, objetos e mobiliário, sem citar documentos, fotografias e demais registros que fariam a alegria de qualquer museu. Em meados da década de 1980, no Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, o processo de informatização iniciou-se pelos títulos eleitorais, que, até então, assemelhavam-se a uma ficha

de papel, na qual os dados do eleitor eram preenchidos a mão ou à máquina de escrever, e que deveria ser assinada a cada eleição pelo presidente da seção eleitoral na qual o eleitor estivesse registrado. Esses títulos, que vigoraram da década de 1960 até 1986, foram substituídos por cartões digitalizados (que podem ser plastificados), contendo as informações do eleitor que constam do Cadastro Nacional de Eleitores – um banco de dados de âmbito nacional e que, atualmente, graças ao desenvolvimento tecnológico, é acessado *on line* em todo o território brasileiro.

Uma vez implantado o novo sistema de confecção digital dos títulos eleitorais, as fichas eleitorais de todos os eleitores mineiros – incluindo os de personalidades famosas do mundo político mineiro, como Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves, dentre tantos outros – foram simplesmente incineradas, levando, com elas, informações e fotografias preciosas para a história da instituição e do fazer político do Estado de Minas Gerais. Outro fato grave ligado a esse procedimento é que, com a incineração, desapareceram também todas as informações relacionadas a cada eleitor, apagando, assim, sua própria existência. É como se todos os eleitores brasileiros passassem a existir apenas a partir de 1985, uma vez que os dados anteriores, incluindo aqueles referentes à sua participação nas eleições, haviam sido destruídos. Tal fato inviabiliza até mesmo a prestação de informações, devida ao eleitor.

A mesma atitude se deu no âmbito dos tribunais regionais eleitorais de cada estado brasileiro, aumentando, assim, a carência de informações documentais que tanto valor têm, não apenas para a vida da instituição pública e de seus servidores, mas também para seu público usuário, que, em verdade, é a razão da existência da própria instituição.

A partir do final da década de 1990, seguindo também uma tendência organizacional iniciada

no modelo privado, instituições públicas começam a se voltar para sua própria história e a iniciar um processo de resgate de sua memória – processo esse que vem sendo cada vez mais reforçado a partir de uma nova visão que agora entra em campo – a do resgate da memória institucional como ferramenta de comunicação organizacional e de relações públicas (melhor dizendo, relações humanas) dentro das instituições, como forma de proporcionar uma maior ligação – ligação mais afetiva, mais amorosa – do servidor com a instituição à qual ele serve, bem como promover uma maior interação da instituição com a comunidade em que ela se encontra inserida e atuante.

Essa visão se relaciona a uma nova formatação dos serviços públicos ou do “servir público”, que deixa de ser eminentemente burocrático para se doar mais à sociedade através de outros produtos que não apenas suas atividades essenciais. Nessa linha, empresas e instituições públicas têm aberto cada vez mais suas portas à comunidade, convidando-as a usufruir de seus bens e acervos particulares, como forma de contribuir para a formação cultural do povo, mas também para devolver à comunidade aquilo que a ela pertence – o patrimônio cultural e de serviços ali desenvolvido ao longo dos anos.

## 6. PASSADO E FUTURO - DIÁLOGO PRESENTE

*“Na antiga Roma, o deus Jano era guardião das entradas e deus dos começos. Sua imagem era colocada perto da entrada principal das casas. Tinha duas faces, para que pudesse olhar para frente e para trás, e, por isso, às vezes é representado como uma herma (uma cabeça ou busto de duas faces)”*.

(Carr-Gomm, 2004, p.125. In: NASSAR, Paulo. Relações públicas na construção da responsabilidade histórica no resgate da memória institucional das organizações. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2007).

*Os romanos, sabidamente, escolheram o deus Jano para abrir cada novo ano (de Jano origina-se o mês de janeiro). Com dois rostos, dispostos simetricamente em sua cabeça, ele inaugurava as novidades sem desprezar aquelas que haviam se transformado em passado. O recado para nós é claro: a tradição, a experiência, o passado encerra as bases do presente e do futuro. Sem o passado, perdemos o sentido da vida.*

(NASSAR, Paulo, 2007, p.128)

O ano era 1995 e o mês, junho. A Justiça Eleitoral mineira completaria meio século de reinstalação\* no dia 14 e pouca coisa, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, parecia apontar para o registro daquela data tão importante no contexto histórico da política brasileira. Talvez apenas uma menção durante a Sessão da Corte, um pequeno discurso, e nada mais. Após 50 anos de tantos fatos, tantas realizações, tantas dificuldades e de tantas histórias para contar, o cinquentenário da Justiça Eleitoral mineira corria o risco de não passar de uma citação, apenas, na Ata do dia.

---

\* A Justiça Eleitoral foi instalada no Brasil, em 1932, pela Constituição promulgada naquele ano, funcionando até 1937, quando foi, então, foi extinta pelo Estado Novo.

Nessa época, a Assessoria de Imprensa do TRE-MG, criada em 1992, já atuava, mas sua visão estratégica era essencialmente focada nas relações entre a instituição e a imprensa. Integrada basicamente por profissionais do Jornalismo, o objetivo central de seu trabalho era facilitar o diálogo entre a Direção do Tribunal e os profissionais de imprensa, em nome da boa comunicação. Os frutos colhidos não poderiam ser outros a não ser a transparência e a conseqüente credibilidade do órgão perante os veículos de comunicação e a opinião pública em geral. A boa imagem da Justiça Eleitoral mineira era, diretamente e indiretamente, construída no seu dia-a-dia, perante a sociedade, na medida em que a instituição, através de sua Assessoria de Imprensa, preocupava-se em deixar abertas suas portas à comunidade no tocante às informações sobre o processo eleitoral.

*O que acontece com sapatos, meias, roupa de baixo, creme de barbear, blocos de notas, lápis, lenços dos mortos? Que mãos decidem o que jogar no lixo e o que enfiar em um envelope e guardar numa gaveta? Que tipo de coração é preciso para se livrar dessas coisas sem remorso, como se fossem latas de cervejas vazias?*

(MARCIANO, Francesca., 2002, p.103. In: NASSAR, Paulo. Relações públicas na construção da responsabilidade histórica no resgate da memória institucional das organizações. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2007).

*As pungentes perguntas de Alina ao rememorar a morte de seu pai, no belíssimo romance Casa Rossa, da escritora italiana Francesca Marciano (2002,p.103), têm muito a ver com a presente obra, que se baseia na tese de doutorado que apresentamos à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo no final de 2006. Ela tinha como objetivo identificar o resgate da memória e a construção da história organizacional como um novo campo que e abre para as relações públicas, no contexto de constante evolução desse campo ao longo do primeiro centenário de sua existência oficial, comemorado exatamente em 2006.*

(NASSAR, Paulo, .2007, p.19).

A partir dessa nova visão de comunicação - de abertura, transparência e de respeito ao



trabalho da imprensa, conseqüentemente de respeito à opinião pública - o TRE mineiro passou também a conhecer-se a si mesmo, uma vez que as matérias publicadas nos jornais de grande circulação (tanto em Minas como em outros estados) passaram a ser divulgadas também internamente, através do *clipping* coletânea diária de matérias. Antes da implantação da Comunicação em sua estrutura interna, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, apesar de suas características cidadãs, vivia uma cultura burocrática na qual o silêncio, a ausência de informações à sociedade e aos servidores era quase que podia ser considerado um valor institucional herdado dos períodos ditatoriais civil e militar que tantos traumas gerou no País.

*Na última década do século que passou, presenciamos em nosso país uma verdadeira ameaça contra centenas de acervos de importantes organizações, quando descobrimos que, para elas, seus integrantes, suas tecnologias e suas histórias eram consideradas como coisas mortas, como um passado destituído de qualquer valor. Tudo em razão da implantação descuidada e inculta de inovações focadas freqüentemente apenas em resultados quantitativos. Muitas delas se inspiravam no "management" japonês e norte-americano, principalmente do programa conhecido como 5S, que em seu manejo prevê, como um dos primeiros rituais, o descarte de "coisas velhas" pelos empregados das empresas que implantam esse tipo de metodologia. Assim, nos anos 1990, simplesmente se jogaram no lixo milhares de documentos, fotografias, máquinas e objetos, sem nenhuma preocupação com a preservação da memória organizacional.*

*Diante disso, era preciso perguntar, tal como a personagem de Francesca Marciano, sobre qual seria o papel das relações públicas e de seus profissionais diante da potencial destruição de parte fundamental de identidades e de histórias de organizações e de milhares de seus empregados. Para compreender a indagação, é preciso lembrar que o quadro tenso que envolvia as relações públicas e a comunicação organizacional começou a mudar, de forma visível, a partir do início da década de 1980, no movimento de redemocratização do Brasil. Foi nesse contexto histórico que se passou a compreender a necessidade de as organizações olharem a comunicação com a sociedade e os seus públicos de uma maneira que incluísse todos os elementos do processo. Além disso, aquele momento de retorno à democracia em nosso país também obrigou os empresários a repensar seus papéis diante dos questionamentos da sociedade, que exigia maior transparência em relação às suas atividades. Não mais era possível ver a comunicação somente quanto aos canais empregados ou como forma de autoprojeção das organizações. Ou seja, para um relacionamento e uma comunicação excelentes não bastava mais apenas produzir jornais, revistas e outros meios de bom nível. Na nova realidade que despontava, a qualidade dos emissores e de suas ações, bem*

*como outros aspectos a eles inerentes e motivações interpessoais, também passavam a ser uma referência profissional fundamental. Para viabilizar um empreendimento, não mais era suficiente oferecer bons produtos e contar com clientes que os adquirissem. Era necessário também ter uma administração sensível às mudanças políticas e históricas que aconteciam no ambiente da organização. E, mais ainda, era preciso dispor de relações-públicas e comunicadores capacitados para compreender o significado das mudanças.*

(NASSAR, Paulo, 2007, p.19,20)

*Diante do enfraquecimento das formas tradicionais de relações públicas e de comunicação com o objetivo de envolver os empregados e outros públicos, a história organizacional começou a se afirmar como uma nova perspectiva para o reforço, principalmente, do sentimento de pertencimento dos empregados, como protagonistas fundamentais das realizações, dos bens, dos serviços e da própria sustentação dos empreendimentos. É claro que isso se acha condicionado a uma visão do empregado como sujeito e não como objeto do processo de comunicação, deixando os trabalhadores de ser receptores passivos para se tornarem atores envolvidos e participantes. A comunicação com os empregados seria menos instrumental e mais mediadora, menos normativa e mais de proposição.*

(SOUZA, Jorge Pedro, 2004, p.24. In: NASSAR, Paulo. Relações públicas na construção da responsabilidade histórica no resgate da memória institucional das organizações. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2007).

Voltando a junho de 1995, às vésperas da significativa celebração do cinquentenário de reinstalação da Justiça Eleitoral em Minas Gerais, a equipe da Assessoria de Imprensa, não conformada em dar apenas um tratamento burocrático àquela data, mobilizou-se no sentido de organizar, em uma exposição, o que seria o primeiro resgate de sua história, tanto no âmbito externo como interno. Limitada pela falta de experiência e de recursos financeiros, a equipe da Assessoria de Imprensa do TRE empenhou-se em pesquisar, junto a museus, arquivos públicos, jornais e servidores aposentados, toda e qualquer informação sobre a história da Justiça Eleitoral em Minas Gerais. O resultado dessa pesquisa rendeu, além de um longo e elucidativo discurso presidencial sobre fatos que marcaram a história da instituição, uma

pequena mostra de fotografias, documentos e páginas de jornais da época da reinstalação (1945).

Apesar de modesta, a exposição emocionou um grande número de servidores. Orgulhosos de verem a si mesmos nos relatos dos fatos, nos textos e assinaturas dos documentos e nas fotografias, eles demonstravam que a instituição representava algo mais do que simplesmente o trabalho que ali realizavam. Era o sentimento de pertença, de pertencimento, que se afluía a partir daquela singela experiência. Era o orgulho de dizer que também haviam feito parte daquela história, que também tinham estado ali ajudando a construir uma realidade e que, finalmente, isso era reconhecido publicamente.

A reação dos colegas tocou, também, a equipe da Assessoria de Imprensa, que, a partir daí, passou a investir cada vez mais na comunicação interna como instrumento de projeção, de valorização do trabalho do servidor da Justiça Eleitoral em Minas Gerais. Mesmo sem contar, na época, com profissionais da área de Relações Públicas, a visão da equipe que atuava na Assessoria de Imprensa já começava a ampliar seu foco, mesmo que de modo empírico, algo instintivo, nas necessidades humanas que ali se faziam presentes daqueles colegas sufocados pela cultura burocrática até então reinante.

*As relações públicas brasileiras, como demonstrou nossa pesquisa empírica, ao designar os programas de história empresarial como mediadores presentes entre o passado e o futuro organizacionais, os elegeram como depositários dos atributos construídos ao longo do tempo e indispensáveis para os trabalhos voltados para os relacionamentos públicos e para os desenhos de imagens e de reputações.*

*É tentador propor como representação para as relações públicas brasileiras, metaforicamente, a imagem e o trabalho de Jano: abrir portas, pontes e diálogos entre quem está exercendo e quem já cumpriu algum papel dentro de uma empresa ou instituição, além de estende-lo em relação aos outros públicos e à sociedade.*  
(NASSAR, Paulo, 2007, p.182)

*Diante da representação conotada por Jano, outras certamente se apresentarão. Que elas sejam, então, democraticamente defendidas e, bem ao gosto de Thomas Kuhn (1980), alinhadas aos diferentes paradigmas, de braços dados com as organizações e suas comunidades, seus valores, suas tecnologias e seus tempos.*

*Jano, como expressão de uma identidade de relações públicas, é o ser que se mostra aberto a novas interações com a tradição e com a inovação. Nas maneiras e atitudes que configuram esta identidade, o moderno não devora a tradição, o amplo não elimina o singular, a inclusão é um gesto permanente e elemento da natureza.*

*Nesta perspectiva, as relações públicas são um campo em que a subtração não faz parte de sua equação essencial. Bordieu (1983, p.122-123), que trabalhou o campo científico como espaço onde as visões e as autoridades científicas são defendidas e estão em jogo, avaliaria com bons olhos essa porosidade que incorpora e não exclui. Simões (1995, 2001) e M. Kunsch (1997, 2003) veriam também neste enfoque o reforço essencial para a consolidação de uma área abrangente e polissêmica.*

*Temos aqui posta a questão epistemológica do resgate da totalidade e .da integração dos estudos de relações públicas e de comunicação organizacional, que pode ser tratada em uma perspectiva abrangente.*

(NASSAR, Paulo, 2007, p.183)

## **7. O RESGATE DA HISTÓRIA COMO FERRAMENTA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL**

Investindo cada vez mais na comunicação interna, a Assessoria de Comunicação do TRE mineiro lançou, em fevereiro de 1996, o Jornal Mural, com a proposta simples, despretenciosa e econômica de passar aos servidores da Justiça Eleitoral as informações de maior interesse, notadamente aquelas ligadas ao setor de Recursos Humanos. Na esteira desse interesse, o jornal, um informativo quinzenal divulgado através de painéis especialmente confeccionados e estrategicamente instalados em pontos de circulação interna do pessoal, passava a seus leitores informações de caráter histórico, abordando fatos e pessoas (na ativa ou aposentados), além de curiosidades sobre a história da instituição, em geral, fatos pitorescos que ficaram na memória coletiva dos servidores. Por meio do Jornal Mural, o funcionário também podia contar sua própria história, deixando, ali, registrados pontos de vista pessoais sobre algum assunto, expressados de forma poética ou não.

Os resultados positivos dessa até então inédita iniciativa, comprovados em pesquisas realizadas de tempos em tempos com os servidores do Tribunal e cartórios eleitorais, abriram caminho para uma nova mentalidade de participação efetiva na vida da instituição.

A partir de um canal de comunicação, a antiga cultura burocrática, que vigorara desde então, traduzida no silêncio e no isolamento, começava a registrar mudanças. A partir de um canal através do qual os servidores podiam não apenas ser informados, mas adquirir conhecimento e também se expressar, foi-se alavancando uma nova visão cultural dentro da instituição: a

visão do respeito e da valorização da pessoa, que nada mais é do que o olhar humano que se deve ter sobre uma estrutura administrativa, comportamento que, a cada dia, mostra-se mais necessário no âmbito não apenas das corporações privadas, mas também, a até em especial, nas instituições públicas.

*As histórias das relações públicas e da administração confirmam com inúmeros acontecimentos e pesquisas, entre elas as que levaram ao surgimento da visão de relações humanas, que a efetividade das metodologias voltadas para a melhoria das habilidades humanas dentro das organizações é maior do que aquelas voltadas para o controle das pessoas.*

*É neste ambiente social, organizacional e profissional que, nos últimos anos, a importância das relações públicas tem crescido e se afirmado principalmente como função gestora das habilidades humanas, com destaque para a de relacionamento e de comunicação, nos níveis interpessoal, organizacional e tecnológico. Philip Lesly (1991, p. XI-XIII), refletindo sobre esses novos olhares que dão ênfase ao que está fora das linhas de produção, sublinha que as relações públicas são “a ciência e a arte de compreender, de ajustar e influenciar o clima humano” (conjunto de atitudes das pessoas com base na qual todos os acontecimentos são pensados e determinados).*

*Segundo ele, esta ciência e arte agrega elementos de psicologia, política, economia, forças sociais e outros fatores de influência, mas se mantém separada desses. É a única disciplina que vai ao âmago do porquê é do como as massas agem e reagem ao seu meio ambiente social e fornece os meios de como direcionar essas reações. Assim, as relações públicas (são) agora uma grande força nos assuntos de cada país, cada região, cada grupo, cada organização e instituição. (...). Como lidar com o clima humano, conduzindo-o através de comunicação sofisticada, pertence ao campo de relações públicas, tendo este setor uma vasta importância e potencial.*

(NASSAR, Paulo, 2007, p.54,55)

Para ampliar a participação e a integração dos servidores ao seu próprio universo de trabalho, a Assessoria de Imprensa, agora já elevada a Assessoria de Comunicação Social, lançou, em 2002, o boletim informativo SINTONIA TRE, veiculado através do sistema de som do Tribunal e, posteriormente, pela entrante (a fim de alcançar também os cartórios eleitorais no

interior do Estado), e, em 2003, o jornal ENTRELINHAS, periódico mensal distribuído não apenas aos servidores na ativa da Capital e interior, mas também aos servidores aposentados e aos servidores que se encontram prestando serviços em outros órgãos do Judiciário Federal, bem como a ex-presidentes da instituição, assessorias de comunicação do Tribunal Superior Eleitoral e demais Tribunais Regionais Eleitorais do País, e de outros órgãos do Poder Judiciário federal e estadual.

A “cara” do TRE mineiro estava definitivamente exposta ao País e o jornal tornou-se motivo de orgulho para todos os servidores, uma vez que todos podem-se ver ali retratados ou representados. A preocupação com a participação integrada está na raiz dessa iniciativa e se traduz no Conselho Editorial do jornal, formado por representantes das seis secretarias que compõem e sustentam a instituição. Apesar de ser um canal de caráter jornalístico, a estratégia que permeia essa iniciativa está ligada a uma visão mais ampla, geralmente afeta à área das Relações Públicas ou Relações Humanas, como agora está-se tornando mais comum denominar, uma vez que o objetivo não é apenas o de informar, mas de dotar o leitor - sobretudo o servidor da instituição - de uma oportunidade de conhecimento e, em especial, de pertencimento àquele ambiente.

Paralelamente às ações de comunicação interna, a Assessoria de Comunicação Social do TRE mineiro fortaleceu seu vínculo com a sociedade, por meio de ações de caráter formador e pedagógico, assumindo, em nome da Justiça Eleitoral do Estado, uma conduta que já era como uma espécie de marca registrada da instituição - a parceria com o eleitorado, uma vez que a razão de ser da Justiça Eleitoral, a realização transparente, livre e ordeira das eleições, só pode ser possível com o auxílio dos eleitores que atuam (convocados ou voluntariamente) como mesários nas seções eleitorais.

A partir de 1996, com o advento da urna eletrônica, esse vínculo ficou mais forte. A novidade trazida pela informatização do voto exigiu da Justiça Eleitoral um contato mais direto com os eleitores para apresentar a eles a modalidade eletrônica através da qual, a partir de então, seria praticado o exercício do voto. Mais uma vez a Comunicação Social do Tribunal atuou com sucesso, organizando grandes mutirões para a apresentação da urna eletrônica. O trabalho, iniciado em Belo Horizonte, para as eleições municipais de 1996, foi gradativamente espalhando-se pelo Estado, até atingir, no ano 2000, todo o eleitorado de Minas Gerais. Para desempenhar bem esse trabalho, a Justiça Eleitoral mineira contou com valiosas parcerias: do Sebrae-MG em 1996 e 1998, e da Cemig a partir de 2000. Através dessas parcerias, as campanhas institucionais puderam - e ainda podem - ser feitas com material adequado. Para os eleitores, cartazes e “colinhas” (pequeno *folder* no qual o eleitor, além de obter informações sobre os procedimentos da votação eletrônica, pode anotar, nos espaços especialmente organizados, os números de seus candidatos na eleição). Para os servidores da Justiça Eleitoral que atuam no Tribunal e cartórios eleitorais, bonés e camisetas padronizadas.

Um outro produto da parceria com a Cemig - a cartilha “Voto Certo”, depois alterada para “Voto Consciente”, concebida para ser apenas distribuída nas escolas públicas e particulares de primeiro e segundo graus, passou a ser o carro-chefe de um outro projeto de comunicação institucional, o Projeto Justiça Eleitoral na Escola. Através dessa proposta, a Justiça Eleitoral mineira, através da equipe da Assessoria de Comunicação Social, passou a atuar também na formação dos futuros eleitores, levando a crianças e adolescentes noções básicas sobre o processo eleitoral, sobre a atuação da Justiça Eleitoral, sobre a história das eleições e também sobre a história da própria instituição, a qual se confunde com a história do voto e da participação popular no processo de escolha dos representantes políticos da sociedade brasileira.



O Projeto Justiça Eleitoral na Escola encontra-se, atualmente, sob a responsabilidade da Escola Judiciária Eleitoral de Minas Gerais, mas sua perspectiva institucional permanece a mesma, pois é esse mesmo o objetivo comum da instituição - facilitar o acesso à participação do eleitor na construção da democracia.

A visão estratégica de comunicação, preconizada pela Assessoria de Comunicação Social do TRE mineiro, ganhava, assim, maior amplitude, na medida em que a Direção do Tribunal passava a se preocupar, também ela, com o investimento nas relações humanas, a partir da valorização de seus públicos (interno e externo) e disseminação do conhecimento dos temas eleitorais para toda a sociedade. Ganhou, com isso, mais uma vez, a instituição, que passou a ter ainda maior credibilidade perante seus usuários e perante a comunidade em que se encontra inserida.

*Vê-se (...) a presença de um tipo de relações públicas que constituem uma "grande área", não situada apenas no campo das comunicações, mas em um âmbito mais abrangente, ou seja, nos campos das ciências sociais e humanas, atuando com desenvoltura nas grandes decisões das organizações e da sociedade. Essa posição das relações públicas se reafirma quando consideramos que nem todas as questões organizacionais podem ser resolvidas a partir da visão ou da decisão gerencial (administrativa). Em muitas situações, a visão ou a decisão emana de inúmeras fontes - entre as quais destacamos a política, a filosófica e a histórica.*

(NASSAR, Paulo, 2007, p.55)

## 8. O RESGATE HISTÓRICO E SEUS FRUTOS

O ano de 2005 foi marcante para a Justiça Eleitoral mineira, não só pela celebração dos 60 anos de reinstalação do Tribunal Regional Eleitoral em Minas Gerais ou pelos 40 anos do Código Eleitoral atualmente em vigor, mas pela concretização de uma política voltada para o resgate de sua memória institucional. Naquele ano, finalmente começaram-se a dar passos mais vigorosos em direção ao que hoje se encontra representado pelo Centro de Memória da Justiça Eleitoral Mineira, instalado no edifício-anexo do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

Promovida pela Assessoria de Comunicação Social, a semana de eventos comemorativos voltados para os 60 anos de reinstalação da Justiça Eleitoral no Estado foi, na realidade, o ponto de partida para a consolidação de um trabalho até então pouco reconhecido e, por isso, pouco estimulado pela Direção do Tribunal.

Além da elaboração de uma edição histórica do jornal ENTRELINHAS, transformado em revista e da organização de uma Sessão Solene da Corte Eleitoral, durante a qual foram homenageadas pessoas que representavam colunas importantes na sustentação da instituição (foram homenageados, com placas comemorativas, os mais antigos, nas categorias presidente do Tribunal, procurador regional eleitoral, servidor, advogado eleitoral, mesário, eleitor, trabalhador terceirizado e profissional de imprensa), a Assessoria de Comunicação Social, em parceria com a recém-criada Seção de Memória Eleitoral (até aquele momento ligada à Seção de Biblioteca da Coordenadoria de Jurisprudência e Informação / Secretaria Judiciária)

organizou uma grande exposição de fotografias, objetos e documentos, incluindo textos com vários depoimentos de personagens que fizeram parte da história da Justiça Eleitoral mineira.

O evento, que acabou envolvendo toda a Justiça Eleitoral, teve uma repercussão bastante positiva. Convidados de honra das comemorações, não foram poucos os servidores aposentados que se comoveram ao verem-se retratados, nos painéis, em fotografias tiradas sessenta, cinquenta, quarenta, trinta, vinte, dez ou cinco anos atrás. O pessoal mais novo também se emocionou, vendo-se representado ao lado daqueles que deixaram seus nomes escritos na história da instituição. Como em profunda comunhão, várias gerações de servidores puderam, naquela oportunidade, reconhecer-se como pertencentes àquela mesma história que haviam ajudado ou ainda ajudavam a construir.

*A história de uma organização vista como um traço fundamental de seu presente e de sua missão, que é percebida, ou que deve ser percebida, nos âmbitos dos mercados da comunidade e da sociedade, também é apontada por Philip Kotler (1995, p. 3): "A missão da empresa é moldada por cinco elementos. O primeiro é a sua história. Todas as empresas têm uma história de propósitos, políticas e realizações. As organizações não devem se apartar radicalmente de seu passado.*

*A história organizacional não é um dado estatístico, que está na trajetória de uma dada organização apenas como um marco a ser visitado por curiosos ou diletantes. A observação de Kotler revela uma dimensão da história norteadora do presente e do futuro organizacional.*

(NASSAR, Paulo, 2007, p.90)

Constituídas por pessoas, por indivíduos com identidades e histórias próprias, as instituições públicas, assim como as empresas, refletem tudo isso em seu contato com o público, na medida em que seu direcionamento organizacional, pautado na ampla comunicação e transparência permitem. Para o público usuário - cliente em potencial das instituições governamentais - nada melhor do que ser atendido por pessoas que agem como tais, sem

máscaras sociais. A imagem do funcionário público, sisudo e quase “robotizado”, inserido em uma estrutura cinzenta e opressiva, túmulo de qualquer traço de criatividade quanto à capacidade de se expressar, vai ficando para trás.

Ao se conhecer melhor como servidor, ao se sentir participante em seu universo de trabalho, ao se reconhecer parte da história de algo que ele ajuda a construir e manter, o funcionário público também poderá servir melhor ao público, uma vez que enxerga seu trabalho, não de forma isolada (como numa linha de montagem industrial arcaica), mas como complemento do trabalho realizado por outros servidores, colegas que dividem, com ele, a mesma responsabilidade e consciência quanto ao papel da instituição na sociedade.

## **9. A HISTÓRIA COMO RESGATE DE VALORES E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

A administração das instituições públicas brasileiras tem passado por significativas mudanças, a partir dos anos 1990, mas sobretudo a partir da presente década, determinadas por uma cada vez maior necessidade de controle orçamentário, necessidade essa oriunda de uma cada vez maior responsabilidade das mesmas em relação à sociedade que as mantém.

Os muitos e variados escândalos no setor público têm levado, gradativamente, à Administração Pública, a adoção de posturas mais rigorosas no que se refere, não apenas à destinação dos recursos financeiros, mas também da utilidade e qualidade dos gastos, e é aí que entra uma área que está-se tornando cada vez mais essencial às instituições - o planejamento estratégico.

Planejar, no entanto, não é algo simples quando se trata de uma empresa ou de uma instituição governamental. Requer profissionais dotados de conhecimentos estatísticos, legais e contábeis, mas também - e especialmente - de uma visão ampla sobre as relações da instituição com seus públicos - interno e externo, relações essas que vão influenciar na priorização dos projetos a serem executados a curto, médio e longo prazos.

O custo-benefício das iniciativas a serem adotadas passa, assim, não apenas pelos cálculos financeiro-orçamentários, mas também pela perspectiva humano-social, razão, essa, final da prestação dos serviços de qualquer instituição pública, uma vez que ela ali está para apresentar soluções aos problemas de cada cidadão em particular, sejam eles de que natureza

for - saúde, educação, moradia, apoio social, segurança, trânsito, impostos, previdência social e jurídica (cível, trabalhista, criminal, eleitoral), dentre outras.

O planejamento estratégico, em razão da necessidade desse olhar múltiplo em relação aos públicos a serem atingidos ou atendidos, não pode prescindir da Comunicação como ferramenta e canal de ações. Administrar o orçamento público nas instituições vem adquirindo, assim, uma nova visão - mais global - sobre o aproveitamento dos recursos financeiros a elas destinado, visão essa que inclui o diálogo com o público, através dos princípios legais (e éticos) da transparência e da publicidade dos atos administrativos.

Atenta às necessidades da instituição e naturalmente ligada às reações que as ações institucionais provocam no público, a área de Comunicação Organizacional, que basicamente envolve profissionais de Relações Públicas, Publicidade e Jornalismo, entra nesse campo, ampliando cada vez mais seu leque de atividades. É nesse momento que aparece a nova tendência profissional no fazer estratégico das instituições - a presença de profissionais de outras áreas das Ciências Humanas, mais notadamente aqueles ligados à Sociologia e à História.

*Raramente recebemos a foto da primeira sede da empresa, de um vídeo, sem pensar que isto faça parte de um "histórico", ou de um projeto institucional. Como somos profissionais de relações públicas estes materiais que encontramos para nossa surpresa estavam "soltos". De forma muito preliminar percebemos que eram feitos para datas comemorativas da empresa como peça isolada de um trabalho institucional. Quem faz este material? Quando? Como pensar em memória institucional sem o profissional que trabalha este aspecto do histórico das organizações? Por que não está sendo feito por este profissional? Quem faz? Buscaremos obter estas informações de forma sistematizada como parte do levantamento de dados da pesquisa em empresas locais. Começamos a pensar que o histórico possa ser entendido como parte de uma memória institucional. Isto é uma construção e não apenas registros do passado sem sentido para os mais jovens. Neste sentido a idéia do histórico passa pelo entendimento do que é a memória*

*institucional e que isto pode estar relacionado não apenas com documentos da empresa e datas comemorativas, mas com a participação de funcionários neste contexto e de uma equipe pensando e fazendo coisas que dizem respeito sobre a memória institucional.*

(STROHSCHOEN, Ana Maria, 2007)

*Para ampliarmos um pouco mais a discussão sobre as novas perspectivas da área e também as influências e imbricações que esta sofre, lembremos que o tema da interdisciplinaridade é recorrente dentro do pensamento de ciências sociais aplicadas: inúmeras áreas científicas disputam, às vezes em uma luta nada fraterna, a propriedade de crenças, valores, conceitos e tecnologias.*

*Assim é na área de comunicação organizacional, onde atualmente, no Brasil, os diferentes agentes que nela atuam - relações públicas, jornalistas, publicitários, administradores, sociólogos, historiadores, entre outros - lutam para impor seus conceitos, suas ações, seus "habitus", enfim os seus diferentes modos de perceber a realidade. Para isso, além das leis que regulamentam as suas profissões, firmam conceitos expressos em razoável literatura voltada para as questões da comunicação e das relações públicas e atuam no cotidiano das organizações conquistando ou defendendo posições nos organogramas e nas hierarquias de empresas e instituições.*

(NASSAR, Paulo, 2007, p.102)

No âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, as atividades ligadas à memória institucional passaram, em 2007, à responsabilidade da agora já instituída Coordenadoria de Comunicação Social. Antes ligada à Seção de Biblioteca, como acontece em quase toda a estrutura organizacional do Tribunal Superior Eleitoral e dos tribunais regionais eleitorais por uma visão mais técnica que comunicacional, a memória era compreendida apenas como um acervo a ser mantido, sem um sentido mais amplo e institucional. Foi a partir das mobilizações geradas pela área de comunicação organizacional do Tribunal que a visão quanto ao tratamento dado ao acervo começou a mudar. O que pareciam ser símbolos de um passado "morto" ganharam "vida" e passaram a "falar" sobre si mesmos, a contar sua própria história, a interagir com o presente.

Tal interatividade ficou patente, em 2006, com a exposição sobre os 10 anos do voto eletrônico, realizada às vésperas da eleição, no saguão de entrada do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Dedicada a um dos grandes símbolos atuais da Justiça Eleitoral - a urna eletrônica, a mostra também serviu para resgatar as urnas que receberam cédulas nas eleições anteriores à informatização do voto - urnas de madeira, de ferro e de lona - utilizadas no século XIX e no século XX, em décadas diversas.

Além dos vários tipos de urnas, na exposição também puderam ser vistas, através de fotografias, o resgate de toda a aventura do voto eletrônico em Minas Gerais, em especial o árduo e paciente trabalho desempenhado pelos servidores da Justiça Eleitoral em relação aos eleitores, durante as campanhas de esclarecimento quanto ao voto informatizado realizadas em todo o Estado, incluindo pequenas localidades e tribos indígenas do Norte de Minas.

A mostra atraiu significativa atenção do público externo, fato que marcou positivamente o trabalho da Coordenadoria de Comunicação em benefício da instituição, que se viu, assim, prestigiada e, mais uma vez, reconhecida em sua atuação pela comunidade. Ao ver, ali, reunidos, todos os tipos de urnas, incluindo todos os modelos da linha evolutiva da urna eletrônica, o público pôde também conferir, em termos históricos, algo que ele também conheceu de perto; algo que ele utilizou em termos práticos; algo de que ele também participou.

A exposição sobre os 10 anos do voto eletrônico transformou-se, ainda, em mostra virtual, passando a figurar no site do TRE-MG ([www.tre-mg.gov.br](http://www.tre-mg.gov.br)), inaugurando, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, a utilização de um canal que vem sendo cada vez mais utilizado como instrumento institucional - a internet. A exemplo do TSE e de outros



tribunais regionais eleitorais, que já vêm-se utilizando da internet para divulgar seu acervo histórico, dentre outras informações ligadas à memória institucional, o TRE de Minas Gerais também vem investindo nessa importante ferramenta de comunicação na integração da instituição com seus públicos, elaborando novos projetos que visam expor a história do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais a partir de uma visão que une a valorização do trabalho realizado à valorização da participação do eleitor nessa trajetória, que, afinal é também a da construção da democracia brasileira.

*É este campo controverso de pesquisas que, na atualidade, se debruça cada vez mais , sobre os acontecimentos das organizações, os seus integrantes e dirigentes, bens e serviços e seus relacionamentos com a sociedade e os seus públicos, configurando o que se denomina história empresarial .*

*Uma dada história é uma narrativa individual, social ou organizacional estruturada a partir de memórias individuais, sociais ou organizacionais. Assim ela é uma narrativa possível entre muitas outras narrativas. O importante é entendermos que essa construção é alicerçada naquilo que foi (ou é) relevante para cada indivíduo, o grupo ou a organização. O que daí se coleta constitui a memória.*

*Dentro dessa visão, a cultura, os comportamentos, os símbolos, a identidade e a comunicação, o conjunto de elementos que formam a personalidade e a imagem de uma empresa ou instituição, são os grandes pilares da memória.*

*E a memória é seletiva: escolhem-se as experiências (boas e negativas) que os inúmeros públicos têm com a organização, seus gestores, empregados, produtos e serviços.*

*Este aspecto seletivo tem uma conexão direta com o presente da organização, traduzindo em questões bastante objetivas com que ela deve se defrontar diante dos públicos e da sociedade; como lidou com as adversidades em sua trajetória; como tratou os funcionários em tempos de “vacas magras”; como se relacionou com a comunidade; como se comportou quanto ao desenvolvimento do país. A infinidade de perguntas possíveis sobre uma organização e os seus dirigentes expressa as realidades relacionais ou, ainda, a memória relacional da organização, sendo-nos possível afirmar que, em última instância, a história empresarial é a história de suas relações públicas. Em síntese, as organizações e os seus públicos, ao pensarem as suas histórias, estão sempre falando do presente.*

*(NASSAR, Paulo, 2007, p.111)*

*Agora está claro e evidente para mim que o futuro e o passado não existem, e que não é exato falar de três tempos - passado, presente e futuro. Seria talvez mais justo dizer que os tempos são três, isto é, o presente dos fatos passados, o presente dos fatos presentes, o presente dos fatos futuros. E estes três tempos estão na mente e não os vejo em outro lugar. O presente do passado é a memória. O presente do presente é a visão. O presente do futuro é a espera. Se me é permitido falar assim, direi que vejo e admito três tempos, e três tempos existem. Diga-se mesmo que há três tempos: passado, presente e futuro, conforme a expressão abusiva em uso. Admito que se diga assim. Não me importo, não me oponho, nem critico tal uso, contanto que se entenda: o futuro não existe agora, nem o passado. Raramente se fala com exatidão. O mais das vezes falamos impropriamente, mas entende-se o que queremos dizer.*

(AGOSTINHO, SANTO, 1984, p112. In: NASSAR, Paulo. Relações públicas na construção da responsabilidade histórica no resgate da memória institucional das organizações. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2007).

*Halbwachs (2004) pensa a memória como um trabalho de reconstrução do passado de um narrador. Por isso mesmo a memória é o presente na medida em que ela é revivida com os materiais do que está na consciência presente do narrador: imagens, palavras, sentimentos e experiências atualizadas. O autor não focaliza os seus estudos na memória individual, mas no que ele chama de quadros sociais da memória. Ou seja, a memória é um produto dos outros. Para ele, nós nos lembramos porque o mundo presente faz com que nos lembremos.*

*No âmbito da história empresarial, é relevante perguntarmos o que é selecionado no campo da memória pelos gestores que formam a direção da organização. Além disso, em que espaços, momentos e condições são feitas essas seleções de memória. Mais relevante ainda, para os pesquisadores, é destacar quais são os fatos e os personagens esquecidos no âmbito da história empresarial. Sobre o que se transformará em história formalizada Hobsbawn (1987) comenta que “em toda a sociedade, a abrangência desse passado social formalizado depende, naturalmente, das circunstâncias”. No contexto das empresas, essas circunstâncias estão claramente ligadas a modelos de produção, tirania ou democracia interna, visão de relacionamentos públicos, entre outros fatores.*

(NASSAR, Paulo, 2007, p.115,116)

## 10. A MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

### INSTITUCIONAL

*A identidade pessoal reside na memória e perder a memória é perder aquela faculdade que inibe o cretinismo. Nós podemos pensar a mesma coisa com relação ao universo. Sem um espelho sensível e secreto a guardar o que se passa nas nossas almas, a história universal não é nada mais do que tempo perdido - e com ela nossa história, o que nos reduz de maneira desagradável à condição de fantasmas.*

(BORGES, J. Luis. 1993, p. 112. In: NASSAR, Paulo. Relações públicas na construção da responsabilidade histórica no resgate da memória institucional das organizações. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2007).

*Na realidade das organizações, são inúmeros os fatos, os documentos e as pessoas que não alcançam o "status" de memórias, em razão da engenharia do esquecimento, que chamaríamos de "relações não-públicas". Ela se dá pelo afastamento de protagonistas e testemunhas, pela destruição de instalações, máquinas, objetos e documentos, pela desativação de fábricas e escritórios, o descarte de objetos, máquinas e documentos, assim como pela demissão, sob inúmeros pretextos, de trabalhadores.*

(NASSAR, Paulo. 2007, p.116)

A identidade é, em resumo, o objetivo dos trabalhos que visam ao resgate da memória de uma instituição. A identidade, que vai sendo construída no dia-a-dia da organização, geralmente vai-se formando de modo subjetivo, quase que imperceptível aos olhos. Ela está, no entanto, em todas as ações desempenhadas em um órgão público, desde as decisões das autoridades responsáveis, até o modo como o cidadão usuário é atendido ao telefone ou via internet. O rosto da instituição, por assim dizer, é mais simpático ou antipático de acordo com o "sentimento", com a "alma" daquele corpo formado por seus servidores.

O Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais tem uma identidade própria, constituída e reforçada ao longo de suas seis décadas de existência, e que se constitui numa relação

bastante peculiar com seu público - a de familiaridade e de confiança. Tal aspecto fica mais patente quando se observa de perto o atendimento aos eleitores nos cartórios eleitorais, sobretudo no interior do Estado. Diferente do ambiente ostensivamente burocrático das varas do trabalho ou cíveis do Poder Judiciário, a Justiça Eleitoral, um ramo da chamada "Justiça Especializada" busca facilitar ao máximo a vida dos eleitores, concedendo-lhes prazos prolongados para a regularização de seus documentos no âmbito eleitoral, aplicando multas que podem ser consideradas irrisórias quando da constatação de alguma irregularidade relacionada ao exercício do voto (no Brasil, considerado um direito, mas também um dever) e até mesmo evitando a aplicação de multas quando o eleitor em situação irregular tem situação econômica desfavorável.

A proximidade da Justiça Eleitoral com o eleitor também acontece em decorrência de sua atividade essencial - a realização de eleições. A Justiça Eleitoral é a única, no âmbito do Poder Judiciário, a necessitar do apoio da sociedade para servi-la. No dia da eleição é fácil entender o motivo: as seções eleitorais não funcionam sem os mesários. Em Minas Gerais, isso equivale dizer que as seções eleitorais não funcionariam, atualmente, sem os quase 50 mil mesários (voluntários ou convocados) necessários ao trabalho de acolhimento dos eleitores, verificação dos títulos, liberação das urnas eletrônicas para a votação e entrega dos comprovantes eleitorais. Antes da urna eletrônica, as eleições também não seriam possíveis sem o enorme contingente de escrutinadores, que costumava passar dias e até semanas no trabalho de contagem e apuração dos votos.

Visceralmente ligada e até dependente do eleitor, a Justiça Eleitoral divide, com esse importante personagem, a responsabilidade pela garantia da democratização do país. E uma das melhores formas de dar visibilidade a essa parceria está no resgate histórico dessa

relação, gesto que se traduz no profundo respeito à cidadania e ao cidadão brasileiro. Ao visitar os centros de memória já instalados em alguns dos 27 Tribunais Regionais Eleitorais, ou ao visitar o Centro de Memória do Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília, os eleitores podem comprovar sua participação no processo de construção da democracia, não apenas através das leis e dos objetos, máquinas e mobiliários que ele ajudou a custear com o pagamento de impostos, mas por meio de seu trabalho e participação nas eleições.

A identidade da Justiça Eleitoral é, assim, algo que se mistura ao fazer coletivo, um rosto institucional que se mescla com o rosto da sociedade na qual ela se encontra inserida; com o rosto da comunidade à qual ela serve. Deste modo, estando a identidade do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais impressa em suas decisões e atitudes, as quais devem sempre privilegiar o eleitor, deve permear todo o planejamento estratégico da instituição, sendo assim considerada em cada projeto a ser elaborado e executado, em cada proposta orçamentária e em cada prestação de contas dos gastos efetuados.

*A história de uma empresa não deve ser pensada apenas como resgate do passado, mas como um marco referencial a partir do qual as pessoas redescobrem valores e experiências, reforçam vínculos presentes, criam empatia com a trajetória da organização e podem refletir sobre as expectativas dos planos futuros. A sistematização da memória de uma empresa é um dos melhores instrumentos à disposição da comunicação empresarial e corporativa. Isto porque as histórias não são narrativas que acumulam, sem sentido, tudo o que vivemos.*

*O grande desafio está em saber utilizá-las. Se a memória na empresa for entendida como ferramenta de comunicação, como agente catalisador no apoio a negócios, como fator essencial de coesão do grupo e como elemento de responsabilidade social e histórica, então poderemos afirmar que esta empresa, de fato, é capaz de transformar em conhecimento útil a história e a experiência acumulada em sua trajetória.*

(WORKMAN, Karen. 2004, p.129. In: NASSAR, Paulo. Relações públicas na construção da responsabilidade histórica no resgate da memória institucional das organizações. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2007.

A visão histórica da instituição aí estará, então, presente, ajudando a enxergar que toda a ação da Justiça Eleitoral deverá continuar seguindo a mesma linha de identidade, os mesmos valores éticos e morais que a nortearam no passado e que deverão estar também presentes em seu futuro. Essa visão, cujo componente principal é essencialmente humano, e, por isso, essencialmente amor e respeito pelo que se faz, e que está, hoje, presente em cada área de atividades do TRE mineiro (judiciária, administrativa, tecnológica e comunicacional), tem, nos profissionais da Comunicação Organizacional, seus mais significativos incentivadores e mantenedores, uma vez que é através do trabalho exercido por eles que a instituição deixa de ser apenas um organismo vivo para se transformar num indivíduo completo - formado por um corpo, mas também por uma alma.

## 11. CONCLUSÃO

A fragilização das formas tradicionais de comunicação, em especial, de relações públicas, visando ao envolvimento dos empregados e de outros públicos gerou uma nova perspectiva: a história organizacional começou, assim, a ser “descoberta” e a ser legitimada como um novo reforço, principalmente, do sentimento de pertencimento dos empregados – protagonistas fundamentais das realizações, dos bens, dos serviços e da própria sustentação da organização.

Essa visão só é possível a partir de uma significativa mudança de mentalidade, na qual se passa a enxergar o funcionário como sujeito e não simplesmente como objeto do processo de comunicação; a partir do entendimento de que os que trabalham numa empresa ou numa instituição pública não são meros receptores passivos, mas atores realmente envolvidos e participantes nos rumos, na história da organização. A partir desse ponto-de-vista, os processos de comunicação passam não apenas a ser direcionados a empregados ou servidores públicos, mas tornam-se via de mão-dupla, gerando novas idéias, prazer e bem-estar no ambiente de trabalho, uma vez que passam a ser mais mediadores que instrumentais, mais participativos que normativos.

Sentir-se parte da história de uma instituição aumenta a responsabilidade de cada integrante na construção dessa história coletiva, feita das centenas ou milhares de histórias individuais registradas ao longo dos anos, décadas, séculos. Melhora a auto-imagem de cada indivíduo e, conseqüentemente, a imagem a organização, num processo natural e humano. Afinal, é sempre um prazer olhar para trás e saber que se esteve ali. O processo da memória é a compreensão da própria existência humana e deve ser assim considerado.

## 12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, SANTO. *Confissões*. São Paulo: Paulus, 1984.

BORDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

BORGES, J. Luis. *Historie de l'I. In: Oeuvres complètes I*. Paris: Gallimard, 1993:

CARR-GOMM, Sarah. *Dicionário de símbolos na arte*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

HOBBSBAWN, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOTLER, Philip. *Administração de Marketing: análise, planejamento, implementação e controle*. 3ª ed. Trad. De Silton Bonfim Brandão. São Paulo: Atlas, 1995.

KUHN, S. Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. *Planejamento estratégico para a excelência da comunicação*. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling. *Obtendo resultados com relações públicas*. 2ª ed. rev. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006. p. 33-52.

LESLEY, Philip. *Os fundamentos de relações públicas e da comunicação*. São Paulo: Pioneira, 1995.



MARCIANO, Francesca. *Casa rossa*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

NASSAR, Paulo. *Relações públicas na construção da responsabilidade histórica no resgate da memória institucional das organizações*. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2007.

SOUZA, Jorge Pedro. *Planificando a comunicação em relações públicas*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

STROHSCHOEN, Ana Maria. Um estudo sobre como algumas empresas da região trabalham seu histórico : *O que pode ser memória institucional no contexto destas práticas*. 2007. Universidade de Santa Cruz do Sul – RS - Disponível em [http://www.unisc.br/universidade/estrutura\\_administrativa/departamentos/comunicacao/pesquisa.htm](http://www.unisc.br/universidade/estrutura_administrativa/departamentos/comunicacao/pesquisa.htm). Acesso em: 12.12.2007.

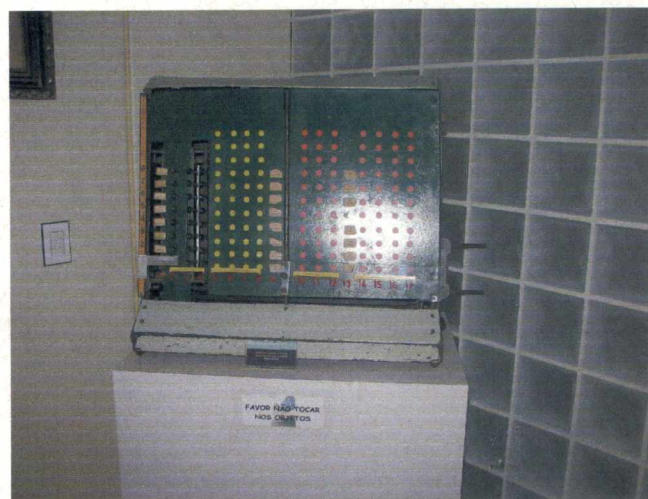
WORKMAN, Karen. *Memória do futuro: um desafio*. In: NASSAR, Paulo (org). *Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações*. São Paulo: Aberje, 2004.

### 13. ANEXOS



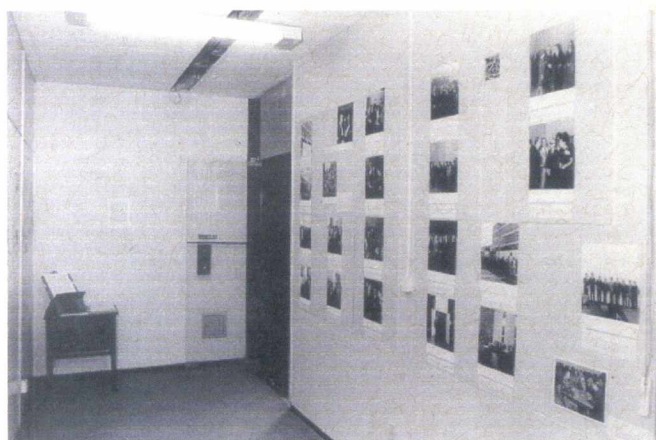
*Centro de Memória do Tribunal Superior Eleitoral – instalado no hall de entrada da sede do TSE, em Brasília – DF.*

*(Foto: Maria Berenice Rosa Vieira)*



*“Protótipo de Máquina de Votação”, idealizada por Sócrates Ricardo Puntel, em 1949 – Peça originária de Juiz de Fora e atualmente no acervo do Centro de Memória do Tribunal Superior Eleitoral*

*(Foto: Maria Berenice Rosa Vieira)*



*Exposição 50 Anos de Reinstalação da Justiça Eleitoral em Minas Gerais – Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais – Belo Horizonte –*

*MG – 14 de junho de 1995*

*(Foto: Maria Berenice Rosa Vieira)*



*Exposição 60 Anos de Reinstalação da Justiça Eleitoral em Minas Gerais – Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais – 14 de junho de 2005*

*(Foto: Maria Berenice Rosa Vieira)*